

Os imortais

ISABEL PEREIRA LEAL (*)

1. Os mestres Zen explicam com o rigor inóvio das metáforas a linearidade do tempo e a perenidade do espaço.

Quando se conta que um deles Bassui escreveu a um dos seus discípulos, que estava prestes a morrer a seguinte carta:

«A essência da tua mente não é nascida pelo que nunca morrerá. Não é uma existência, a qual é perecível. Não é um vazio, o qual é um mero vácuo. Não tem cor nem forma. Não disputa prazeres nem sofre dores. Sei que estás muito doente. Como um bom estudante zen encaras firmemente essa doença. Poderás não saber exactamente quem está sofrendo, mas pergunta a ti próprio: Qual a essência desta mente. Pensa apenas nisto. De nada mais precisarás. Nada ambiciones. O teu fim que é infinito, é como um floco de neve dissolvendo-se no ar puro.» (Senzaki & Reys)

Aqui, narra-se pela enésima vez um conceito estranho que é o de permanência e continuidade sendo dado que o núcleo narrativo não é o próprio nem o outro mas o equilíbrio eterno do que é e do que não é. Do que já foi e do que há-de ser.

A fórmula espantosa em que o observador não é simultaneamente o observado é tão científica como antiga: significa no limite a condensação do tempo a um ponto inexpressivo e absoluta-

mente presente em que se anula a cronologia dos acontecimentos e as conexões lógicas estabelecidas. Como nós gostamos de fazer.

Nós, somos os outros. Os que não são mestres zen nem estudantes zen e do zen retêm uma noção estética ligada à completude e ao enclausuramento dos sentidos, esses mesmos trágicos sentidos que na nossa cultura que promovem identidades singulares e identificações plurais nos enredam e enleiam, e nos assinalam o lugar da vida e o lugar da morte.

O lugar da vida é fácil. É sempre aqui. No momento exacto em que se está e em que se deseja. O momento que, sem contaminações, se deixa fluir o que vem de fora e o que sai de nós.

O lugar da morte é mais complexo, porque se referencia a uma ausência que no entanto não é sentida como falta, mas apenas como limiar de dissolução, como ameaça contida mas ainda assim omnipresente àquilo que nos vincula e nos agrada.

O lugar da morte é um lugar de indefinições e bizarras, um lugar de sonhos maus e discursos como este, inconsistentes, desconhecedores, projectivos e estéreis.

A fórmula d'Epicuro mantém toda a actualidade: «Enquanto existirmos a morte não é. Quando a morte é, nós não somos.»

O conhecimento da morte, porque do exterior e circunscrito aos ritos e às encenações mais ou menos aparatosas ou discretas, técnicas ou filosóficas, escatológicas ou funcionais não passa de ignorância.

«Cada um de nós é sempre o primeiro a morrer» – dizia Ionesco, reafirmando a impraticabili-

(*) Professora Auxiliar, ISPA.

dade formal de ser e não ser em simultâneo. De estar vivo e conhecer a morte.

2. Felizmente que é assim.

Felizmente que a morte não existe e que nos podemos angustiar com a ideia de morte, celebrando em cada momento dessa angústia um ritual de vida. Podemos, porque vivos, classificar as mortes e os morrer. Podemos, porque vivos, decretar sentidos para a morte.

Dizia eu, há tempos, que existem claramente duas formas de morrer: uma significativa e outra insignificante.

É significativa toda a morte que se inscreve no quadro de valores tendentes a reforçar a coesão social.

São insignificantes todas as outras.

Por exemplo, é significativa morrer no Golfo ou na Bósnia em defesa da democracia; também é significativa morrer de pneumonia ou septicémia desde que se esteja raptado por fundamentalistas; morrer na cadeira eléctrica por condenação e indeferimento do último recurso pelo governador mais conservador de um estado, também costuma ser significativo. Pode ser significativo ser hemofílico e morrer de Sida, ou ser criança e morrer em consequência de maus tratos parentais.

Não é significativo morrer de acidente de viação, afogado na praia ao domingo, sofrer um acidente doméstico ou de trabalho.

É definitivamente insignificante morrer de velho em qualquer lado, de fome ou sub-nutrição em África, de hepatite, cancro ou doença cardiovascular nos Estados Unidos da América ou na Europa Comunitária.

As mortes insignificantes, que de resto são a maioria, são aquelas que sem glória nem história acontecem anonimamente não implicando nenhuma mais valia, nenhum acréscimo de valor ou de sentido, nem para o próprio nem para o meio.

Exactamente porque foram insignificantes, nunca se tornaram em mais do que meros acidentes de percurso de que não vale a pena guardar qualquer memória.

Pode-se mesmo pensar que essas mortes nunca aconteceram e resolver assim rapidamente o desconforto da ideia de habitar num gigantesco cemitério de milhões e milhões de mortos que pelo menos nos últimos séculos foram os vivos.

As mortes significativas são assim as outras, as que não se constituem como violação da premissa de que o morrer deve ser significativo e não mesquinho. De resto, esta necessidade de sentido para a morte, decorre linearmente da necessidade de sentido para a vida, de que a morte, a própria morte é ainda parte.

«O homem, segundo parece, tem uma arraigada propensão para substanciar a realidade, para fazer dela um amigo ou um antagonista com quem tem de chegar a algum acordo» (Watzlawick). No quadro dessa realidade, a negociação da própria morte como unidade de sentido, acaba por ser o exercício de um poder residual que, ainda que pequeno, é suficiente para não lançar os indivíduos no desespero e nas malhas da insignificância.

Significar a morte como sendo qualquer coisa é ainda um princípio de vida.

No livro *A imortalidade*, Kundera narra:

«Quando eram já muito velhos, o célebre pintor Salvador Dali e a sua mulher, Gala, tinham domesticado um coelho, que depois passou a viver com eles, sem os abandonar um instante; gostavam muito dele.

Um dia em que tinham de partir para uma longa viagem, estiveram a discutir até muito tarde, durante a noite, o que haviam de fazer com o coelho. Era difícil levá-lo, mas não menos difícil confiá-lo a alguém, porque o coelho desconfiava dos homens. No dia seguinte, Gala fez o almoço e Dali deliciou-se com ele, até ao momento em que percebeu que estava a comer um guisado de coelho. Levantou-se da mesa e correu para a casa de banho para vomitar no lavatório o seu animalzinho querido, o fiel companheiro dos seus dias de velhice. Gala, em contrapartida, sentia-se feliz por o seu amado lhe ter penetrado nas entranhas, as ter acariciado lentamente, transformando-se no corpo da sua amante. Não conhecia consumação mais absoluta do amor do que a ingestão do bem-amado. Comparado com esta fusão dos corpos, o acto físico do amor parecia-lhe um prurido irrisório.»

Mas nem todos são Gala. Nem todos sabem reinventar um corpo próprio como sensor e como destino.

Não porque, como diria Cioran «a lucidez

absoluta seja incompatível com a realidade dos órgãos», mas porque se entrecruzam na nossa forma de vida dois registos paradoxais.

3. Um paradoxo é um raciocínio cujo erro, não aparente, é deduzido do facto de a sua validade envolver a destruição de todo o saber.

A base formal da nossa civilização, é por definição paradoxal. Senão vejamos:

«A nossa civilização já não assenta, como as civilizações de outrora, em particularidades constitutivas. Não é sequer comparável a essas antigas civilizações, que coexistiam com diferentes estilos. Hoje já não temos civilizações, mas tendemos para um tipo geral e abstracto de civilização, aquilo a que geralmente se chama a civilização moderna, caracterizada em Tóquio, San Francisco e Paris, pela uniformidade das técnicas.» (Ariés, 1986)

A base formal desta civilização é histórica, ou pelo menos decorre de uma concepção de história que alguns considerariam como historicista e que no essencial afirma «o acontecimento histórico como tal», o acontecimento «em si mesmo e por si mesmo», ou seja a não transmutabilidade de sentidos mas apenas e só a linearidade do tempo e de um sentido que se dirige irremediavelmente para um ponto. Um ponto que se chamou genericamente de progresso. Só que, se descobriu entretanto que o ideal de progresso é vazio, já que o seu valor final é criar condições em que um progresso sempre novo seja possível.

Descobriu-se também que progresso era parente de tecnologia e tecnologia era subsidiária de consumo.

Alguém reparou, em algum momento, que consumir implicava recursos pessoais, sociais e naturais que não só não eram inesgotáveis como até eram rapidamente percíveis.

Temos pois uma civilização paradoxal que se debate no presente com esta questão de sementos: A sobrevivência do sistema implica a «rotineirização do progresso» (Gehlen), quer dizer a renovação constante do consumo (de produtos, ideias, imagens) que entretanto não pode acontecer porque não há recursos para tal.

Mircea Eliade perguntava em 1969: «como poderá o homem aceitar as catástrofes e os horrores colectivos até à bomba atómica – se, em

contrapartida, não se vislumbra qualquer sinal, qualquer intenção trans-histórica, se esses acontecimentos não são mais do que o jogo cego das forças económicas, sociais ou políticas, ou, pior ainda o resultado das «liberdades» que uma minoria conquistada e exerce directamente ao panorama da história universal?

Poder-se-ia perguntar hoje exactamente o mesmo ou, ir ainda um pouco mais longe e perguntar como poderá o homem aceitar hoje a morte, ou, tão só a vida.

Pessoalmente, não vislumbro, não imagino nenhuma boa razão para aceitar a morte.

Compreenda-se. A morte não é o envelhecimento, não é a doença terminal. A morte não é a solidão, o desespero, a tentativa de suicídio, a loucura breve ou longa. A morte não é o trabalho de luto necessário à perda, não é a depressão ocasional que se instala e se gere com medo e comprimidos.

A morte não é o desconforto, a dor, o sofrimento, não é a mágoa, a tristeza, a separação. A morte não é, queira-se ou não, a ideia de morte, o medo de morte, a proximidade ou distância anunciada em relação à morte.

A morte seja o que for, é o indizível o inconcebível, o tudo ou nada que distante de nós nos proporciona a enorme fronteira que nos obriga e nos implica a significar a vida.

*E a vida... A vida...
é hoje e aqui.*

É a espantosa improbabilidade, o milagre absoluto de sermos cada um de nós, e todos.

A vida é o que resiste permanentemente, é o que sobra depois de todas as formulações e transformações, o que significa todos os disparates, todos os passados, todos os futuros, todas as memórias, todos os desejos.

A vida é o único significado, o único significante a única unidade de sentido que é eterna enquanto dura e por isso pode sorrir das mortes antecipadas.

Deixem-me fazer minhas as palavras dum homem encantador, Roger Garaudy:

«A minha vida tem a sua própria dimensão de eternidade. Não depois ou para além dela, mas aqui e agora, enquanto eu tenho a consciência de participar no acto contínuo da criação. Ando nesta terra votada à morte

com passos de eternidade; Ninguém pode fazer que aquilo que eu amei, que eu criei, que eu pensei não exista.»

A única defesa contra a morte, é talvez, é de certeza o amor.

BIBLIOGRAFIA

- Ariés, P. (1986). *Le temps de l'histoire*. Paris: Ed. du Seuil.
- Cioran, E. M. (1988). *A tentação de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Eliade, M. (1969). *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70.
- Ionesco, E. (1963). *Le roi se meurt*. Paris: Ed. Gallimard.
- Kundera, M. (1990). *A imortalidade*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Leal, I. (1989). Moribundos e sobreviventes. *Análise Psicológica*, 7 (4), 523-526.
- Leal, I. (1990). Império do moderno, império do sentido. *Análise Psicológica*, 8 (2), 221-224.
- Senzaki, N., & Reys, P. (1957). *101 histórias zen*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- Watzlawick, P. (1991). *A realidade é real*. Lisboa: Relógio d'Água.